

EMPREENDEADORISMO RURAL: FATORES DE SUCESSO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RURAL ENTREPRENEURSHIP: SUCCESS FACTORS AND CHALLENGES FOR REGIONAL DEVELOPMENT

EMPREDIMIENTO RURAL: FACTORES DE ÉXITO Y DESAFÍOS PARA EL DESARROLLO REGIONAL

José Francisco dos Reis Neto

Professor do Mestrado em Agronegócio Sustentável da Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: jose.rneto@cogna.com.br Orcid.org/0000-0002-1152-1149

Celso Correia de Souza

Professor do Mestrado em Agronegócio Sustentável da Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: celso.correia@anhanguera.com Orcid.org/0000-0002-2689-8264

Denise Renata Pedrinho

Professora do Mestrado em Agronegócio Sustentável da Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: denise.pedrinho@cogna.com.br Orcid.org/0000-0002-8522-6126

Renata Costa da Silveira Santos

Mestranda em Agronegócio Sustentável pelo Programa em Agronegócio Sustentável. Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: renatacosta.silveira@gmail.com Orcid.org/0009-0009-1994-7281

Marcus Rodrigo de Faria

Mestre em Produção e Gestão Agroindustrial pelo Programa em Agronegócio Sustentável. Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: faria.marcus@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi analisar as relações entre comportamento empreendedor, habilidades gerenciais, conhecimento empresarial, diversificação de atividades, desenvolvimento regional, políticas públicas e desempenho empresarial no contexto do empreendedorismo rural em Mato Grosso do Sul. Utilizando modelo de equações estruturais e análise multigrupo, avaliou-se a influência das variáveis latentes e os efeitos moderadores dos subgrupos sociodemográficos. A amostra contou com 151 empreendedores rurais, e os dados foram coletados por questionário estruturado. Os resultados indicaram que o comportamento empreendedor, aliado às habilidades gerenciais e ao conhecimento empresarial, tem impacto positivo significativo no desempenho. No entanto, a diversificação de atividades, isoladamente, não mostrou relação significativa com o desempenho, sugerindo que sua eficácia depende de gestão inovadora. O desenvolvimento regional foi identificado como fator relevante para o sucesso, reforçando a importância da interação entre empreendedores e comunidades. As políticas públicas apresentaram impacto limitado, especialmente entre subgrupos, indicando a necessidade de ajustes. A principal limitação foi a análise restrita a uma única região, o que pode limitar a generalização dos resultados. O estudo traz contribuições acadêmicas sobre inovação e gestão no meio rural e implicações empresariais relacionadas à capacitação e à adaptação de políticas públicas para melhorar o desempenho das empresas rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Competência empreendedora. Desempenho empresarial. Diversificação de atividades. Mato Grosso do Sul. Negócio rural. Política pública.

ABSTRACT:

The objective of this study was to analyze the relationships between entrepreneurial behavior, managerial skills, business knowledge, activity diversification, regional development, public policies, and business performance in the context of rural entrepreneurship in Mato Grosso do Sul. Using structural equation modeling and multigroup analysis, the study assessed the influence of latent variables and the moderating effects of sociodemographic subgroups. The sample consisted of 151 rural entrepreneurs, and data was collected through a structured questionnaire. The results showed that entrepreneurial behavior, along with managerial skills and business knowledge, has a significant positive impact on business performance. However, activity diversification alone was not significantly related to performance, suggesting that its effectiveness depends on innovative management. Regional development was a relevant factor for business success, emphasizing the importance of interaction between entrepreneurs and their communities. Public policies had a limited impact, especially across different subgroups, indicating the need for adjustments. The main limitation was the study's focus on a single region, which may restrict the generalizability of the results. This study provides academic contributions on innovation

and management in rural contexts and practical implications related to the training of rural entrepreneurs and the adaptation of public policies to improve rural business performance.

Keywords: *Entrepreneurial competence. Business performance. Activity diversification. Mato Grosso do Sul. Rural business. Public policy.*

RESUMEN:

El objetivo de este estudio fue analizar las relaciones entre el comportamiento emprendedor, las habilidades gerenciales, el conocimiento empresarial, la diversificación de actividades, el desarrollo regional, las políticas públicas y el desempeño empresarial en el contexto del emprendimiento rural en Mato Grosso do Sul. Utilizando modelos de ecuaciones estructurales y análisis multigrupo, se evaluó la influencia de las variables latentes y los efectos moderadores de los subgrupos sociodemográficos. La muestra estuvo compuesta por 151 emprendedores rurales, y los datos se recogieron mediante un cuestionario estructurado. Los resultados mostraron que el comportamiento emprendedor, junto con las habilidades gerenciales y el conocimiento empresarial, tiene un impacto positivo y significativo en el desempeño. Sin embargo, la diversificación de actividades, por sí sola, no presentó una relación significativa con el desempeño, lo que sugiere que su efectividad depende de una gestión innovadora. El desarrollo regional fue identificado como un factor relevante para el éxito empresarial, destacando la importancia de la interacción entre los emprendedores y sus comunidades. Las políticas públicas mostraron un impacto limitado, especialmente entre diferentes subgrupos, lo que indica la necesidad de ajustes. Este estudio aporta contribuciones académicas y prácticas sobre el emprendimiento rural, la gestión y la mejora del desempeño empresarial.

Palabras clave: *Competencia emprendedora. Desempeño empresarial. Diversificación de actividades. Mato Grosso do Sul. Negocio rural. Política pública.*

INTRODUÇÃO

Pesquisas recentes aprofundaram o entendimento sobre empreendedorismo rural, explorando novas tecnologias como inteligência artificial, aprendizado de máquina e realidade aumentada (Pliakoura, 2021; Secinaro et al., 2022). Pindado e Sánchez (2017) destacaram diferenças entre novos e estabelecidos empreendedores rurais, apontando capacidades mais fracas nos já estabelecidos e a necessidade de aprimorar as habilidades dos mais recentes. Arafat et al. (2020) analisaram os determinantes do empreendedorismo rural, enfatizando oportunidades, confiança nas habilidades, redes sociais e percepção de risco.

O empreendedorismo rural é visto como uma estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável em áreas rurais, aumentando a produtividade e combatendo a insegurança alimentar (Dias et al., 2019a, 2019b). No estado de Mato Grosso do Sul (MS), é crucial entender como as empresas locais enfrentam desafios e aproveitam oportunidades, adaptando-se às particularidades regionais para impulsionar o crescimento econômico sustentável.

No Brasil, a agricultura e a pecuária são setores fundamentais, e o empreendedorismo rural surge como uma alternativa para aumentar a rentabilidade, gerar novas oportunidades e promover o desenvolvimento local

(Flaviano et al., 2019; Magalhães et al., 2023). Em MS, a agropecuária tem grande relevância, com políticas públicas, como o PRODEFA, incentivando a diversificação das atividades agrícolas.

Entretanto, os empreendedores rurais enfrentam desafios, como falta de capacitação, acesso a financiamento e infraestrutura limitada. O objetivo deste estudo foi analisar as características dos empreendedores rurais em MS, identificando as habilidades necessárias para o sucesso, os desafios enfrentados e as políticas públicas em vigor, contribuindo para o fortalecimento do empreendedorismo rural e o desenvolvimento econômico da região.

SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

Estabelecimentos Rurais no Brasil e em Mato Grosso do Sul

A agropecuária desempenha um papel essencial na economia brasileira, especialmente em estados como Mato Grosso do Sul (MS), onde a produção rural constitui uma das principais fontes de renda e emprego. De acordo com dados do IBGE (2020), o setor agropecuário foi responsável por 5,6% do PIB brasileiro, em 2019, gerando cerca de 17,2 milhões de empregos. Em MS, a agropecuária contribui com 23% do PIB estadual, e emprega diretamente cerca de 75 mil pessoas.

A importância econômica da agropecuária, em regiões como MS, transcende à simples produção de alimentos e matérias-primas, desempenhando um papel crucial na preservação ambiental e na promoção da sustentabilidade. Contudo, o setor enfrenta desafios como a pressão por aumento de produtividade e a necessidade de adaptação aos mercados globalizados e competitivos. Nessa conjuntura, o empreendedorismo rural surge como uma estratégia vital para diversificação das atividades, agregação de valor à produção e geração de renda para os agricultores e suas famílias.

Conceituando o Empreendedorismo Rural

O conceito de empreendedorismo rural se refere à capacidade dos indivíduos ou organizações de identificar e explorar oportunidades no ambiente rural, assumindo riscos e inovando para criar valor e promover o desenvolvimento local (Almeida e Faria, 2015; Fernandes *et al.*, 2020; Oliveira, 2022). Esse tipo de empreendedorismo está intimamente ligado à proatividade, inovação e disposição para assumir riscos em contextos rurais, onde os desafios econômicos e sociais são amplificados pela dependência da agricultura tradicional e pelas incertezas do mercado global.

Asmit *et al.* (2024), e Candelario-Moreno e Sánches-Hernández (2024) afirmam que o empreendedorismo rural é essencial para o desenvolvimento endógeno, promovendo a valorização de recursos locais e impulsionando economias regionais. A capacidade de inovação e adaptação é frequentemente destacada como um diferencial para os empreendedores rurais, permitindo-lhes

responder a mudanças rápidas no mercado e a demandas por sustentabilidade (Magalhães *et al.*, 2023). Assim, o empreendedorismo rural transcende a simples atividade agrícola, abrangendo iniciativas em turismo rural, processamento de alimentos e serviços que agregam valor à economia local.

Comportamento do Empreendedor Rural

O comportamento do empreendedor rural é determinado por uma combinação de fatores individuais, ambientais e institucionais. De Wolf *et al.* (2007) e Dias *et al.* (2019a), afirmam que o desenvolvimento de habilidades empreendedoras entre agricultores é crucial para o sucesso dos negócios rurais, destacando a importância da capacidade de identificar oportunidades e inovar. Além disso, McElwee (2006a) enfatiza a relevância de políticas públicas que incentivem o empreendedorismo rural, facilitando o desenvolvimento dessas habilidades.

As atitudes empreendedoras também desempenham um papel central no comportamento dos empresários rurais. Covin e Miles (1999) apontam que a disposição para assumir riscos calculados e a capacidade de inovação são fatores determinantes para o sucesso, assim como proporcionado nos estudos de Machado *et al.* (2020) e Tabares *et al.* (2022). Essas características são especialmente importantes em um contexto de incertezas, como o da agropecuária, onde a capacidade de adaptação, às novas realidades do mercado, é essencial.

Ribeiro *et al.* (2020) destacam ainda que o comportamento empreendedor está profundamente ligado ao ambiente em que o empreendedor está inserido. Fatores como cultura local, infraestrutura e tradições influenciam diretamente a forma como o empreendedor rural identifica oportunidades e toma decisões estratégicas. Além disso, o comportamento empreendedor pode ser moldado por políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de habilidades e competências específicas.

Habilidades Gerenciais e Competências Empresariais

O sucesso do empreendedor rural depende, em grande parte, do desenvolvimento de um conjunto diversificado de habilidades gerenciais e competências empresariais. McElwee (2006a) sugere que os agricultores devem desenvolver competências em áreas como gestão financeira, planejamento estratégico e liderança, além da capacidade de identificar e explorar oportunidades de mercado. Essas habilidades são fundamentais para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos rurais e a capacidade de inovar em um ambiente de negócios dinâmico.

De Wolf *et al.* (2007), Machado *et al.* (2020) e Rodrigues e Reis Neto (2023), identificaram uma série de habilidades essenciais para o empreendedor rural, incluindo competências em gestão de recursos humanos, planejamento estratégico, inovação e cooperação. Essas habilidades, quando combinadas,

permitem que os empreendedores rurais não apenas sobrevivam, mas prosperem em um mercado competitivo. Além disso, Yamaguchi *et al.* (2020) destacam a importância da capacitação técnica e da formação contínua como fatores determinantes para o desenvolvimento de habilidades gerenciais no setor rural.

Diversificação de Atividades Rurais

A diversificação das atividades rurais é uma estratégia amplamente adotada para aumentar a sustentabilidade econômica e a resiliência das propriedades agrícolas. McElwee (2006b) afirma que a diversificação pode incluir desde o turismo rural até a produção de alimentos processados e agroindústria, proporcionando novas fontes de renda para os agricultores e reduzindo a dependência de atividades agrícolas tradicionais.

Moseley e Gray (2019) argumentam que a diversificação é uma resposta eficaz às flutuações de mercado e aos desafios enfrentados pelos agricultores em um ambiente cada vez mais competitivo. A adoção de atividades como o turismo rural não apenas aumenta a renda das propriedades, mas também contribui para a sustentabilidade ambiental e social, ao promover práticas de conservação e integrar as comunidades rurais ao desenvolvimento econômico.

Entretanto, a diversificação também apresenta desafios, como a necessidade de investimentos iniciais significativos, a falta de conhecimento técnico sobre novas atividades e a adaptação a novas regulamentações. Nesse contexto, políticas públicas que incentivem a diversificação, como subsídios e acesso ao crédito, são essenciais para apoiar os empreendedores rurais na implementação de novas atividades (Moseley e Gray, 2019).

Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento regional está relacionado ao processo de melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais de uma região específica, impulsionado por iniciativas que valorizam os recursos locais e promovem a sustentabilidade. No contexto do empreendedorismo rural, o desenvolvimento local assume um papel fundamental ao criar um ambiente favorável para o surgimento e crescimento de negócios locais, promovendo a geração de emprego e renda, e contribuindo para a diversificação de atividades econômicas (Ribeiro *et al.*, 2020).

O empreendedorismo rural, por sua vez, é visto como um catalisador para o desenvolvimento regional, ao permitir que pequenos produtores e comunidades utilizem seus recursos endógenos de maneira inovadora e sustentável. Segundo Dias *et al.* (2019a), o empreendedorismo rural contribui para a mitigação de problemas como a baixa produtividade e a exclusão social em áreas rurais. Além disso, iniciativas empreendedoras no setor rural promovem a integração das comunidades locais ao mercado, fortalecendo a economia regional e

gerando impacto positivo no desenvolvimento sustentável (Magalhães *et al.*, 2023). Assim, o desenvolvimento local e o empreendedorismo rural estão interligados, formando um ciclo virtuoso de crescimento econômico e social, que beneficia tanto os empreendedores quanto as comunidades nas quais estão inseridos.

Políticas Públicas

As políticas públicas desempenham um papel central no desenvolvimento do empreendedorismo rural, fornecendo o suporte necessário para a criação e crescimento de novos empreendimentos. Machado e Martins (2015) sugerem que as políticas voltadas para o empreendedorismo rural devem focar em três pilares principais: capacitação técnica; acesso ao crédito e ao financiamento; e a criação de redes de cooperação.

Dornelas (2019) argumenta que a simplificação de processos burocráticos e a redução da carga tributária sobre os empreendimentos rurais são medidas fundamentais para estimular o surgimento de novos negócios no setor. Além disso, programas de assistência técnica e financeira - tal como: o Programa de Desenvolvimento da Agropecuária Familiar (PRODEFA) em MS - têm se mostrado eficazes na promoção da diversificação e na melhoria da competitividade das propriedades rurais (Braga *et al.*, 2019).

Contudo, Tomei e Souza (2014) alertam que muitas vezes as políticas públicas não atendem às necessidades reais dos empreendedores rurais, sendo necessário que essas políticas sejam adaptadas às especificidades locais e às demandas do setor rural.

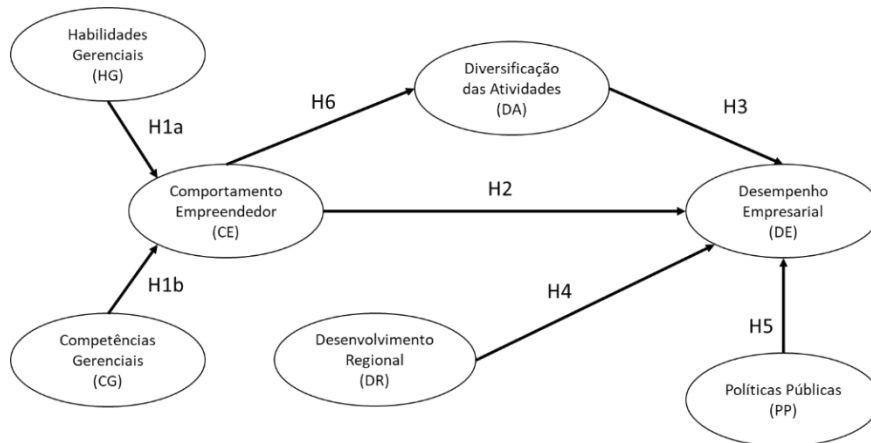
Desempenho Empresarial

A avaliação do desempenho empresarial no contexto rural tem despertado crescente interesse acadêmico, devido às particularidades do setor agrícola. Vij e Bedi (2016) e Zulkiffli (2014) sugerem que a análise do desempenho rural deve considerar tanto indicadores financeiros objetivos quanto fatores subjetivos, como a satisfação dos clientes e a reputação da empresa. Gonzáles-Benito *et al.* (2009) enfatizam que a inovação e a orientação para o mercado são fatores-chave para o sucesso empresarial rural. Também, Galbreath *et al* (2020) e Jordan *et al* (2025), apresentam suas considerações e seus resultados em relação a aplicação do método subjetivo, destacando que esta pode ser valiosa, desde que se considere cuidadosamente suas limitações e se adotem medidas para minimizar o viés e garantir a validade das informações coletadas. Maciel e Camargo (2010) ressaltam a importância do planejamento estratégico e da gestão financeira, destacando que esses elementos são cruciais para a sobrevivência e o crescimento em um ambiente volátil.

Além disso, a literatura sublinha o papel da diversificação das atividades, da capacitação técnica e gerencial, e do suporte das políticas públicas para o

sucesso dos empreendimentos rurais. Considerando as peculiaridades do ambiente rural, foi proposto um modelo estrutural que relaciona as causas e hipóteses, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Modelo estrutural e hipóteses propostas das relações causais.



Fonte: os autores (2024)

A avaliação do desempenho empresarial, no contexto rural, é um tema de crescente interesse acadêmico, especialmente devido às peculiaridades do setor agrícola. Segundo Zulkiffli (2014), Vij e Bedi (2016) e Souza e Lopes (2022), a análise do desempenho de empreendimentos rurais deve considerar tanto indicadores financeiros objetivos quanto fatores subjetivos, como: a satisfação dos clientes e a reputação da empresa.

Hipóteses Relacionadas ao Modelo Estrutural

Com base na literatura revisada, é proposto um conjunto de hipóteses que explicam as relações entre as variáveis latentes em nosso modelo estrutural (Figura 1). A primeira variável latente, Habilidades Gerenciais, refere-se à capacidade de liderar, planejar e gerir recursos de maneira eficiente no contexto rural. Estudos, como o de McElwee (2006a), Machado *et al.* (2020) e Rodrigues e Reis Neto (2023), demonstram que essas habilidades são fundamentais para moldar o Comportamento do Empreendedor Rural, uma vez que facilitam a identificação e exploração de oportunidades de negócio. Assim, propomos que:

H1a - Habilidades Gerenciais contribuem positivamente para o Comportamento do Empreendedor Rural.

De forma similar, o Competência Gerencial, que envolve o domínio de práticas de gestão e conhecimento de mercado, desempenha um papel crucial no comportamento empreendedor (De Wolf *et al.*, 2007; Machado *et al.*, 2020). Empreendedores rurais bem-informados tendem a ser mais inovadores e capazes de enfrentar desafios mercadológicos. Portanto, a segunda hipótese é que:

H1b - Competências Gerenciais contribuem positivamente para o Comportamento Empreendedor Rural.

O Comportamento do Empreendedor Rural, por sua vez, tem sido amplamente associado ao sucesso empresarial, visto que atitudes proativas e inovadoras são essenciais para aumentar o Desempenho Empresarial (Covin e Miles, 1999; Dias *et al.*, 2019). Com base nisso, é proposto que:

H2 - O Comportamento Empreendedor Rural contribui positivamente para o Desempenho Empresarial.

Além disso, a Diversificação das Atividades é um fator importante na mitigação de riscos e na geração de novas fontes de renda, influenciando diretamente o desempenho das empresas rurais (McElwee, 2006b; Moseley e Gray, 2029). Portanto:

H3 - A Diversificação das Atividades contribui positivamente para o Desempenho Empresarial.

O Desenvolvimento Regional, que resulta da interação entre atividades empresariais e a comunidade, também pode melhorar o desempenho de empreendimentos rurais, como defendido por Ribeiro *et al.* (2020). Assim, propomos que:

H4 - O Desenvolvimento Regional contribui positivamente para o Desempenho Empresarial.

As Políticas Públicas têm o potencial de proporcionar suporte financeiro e técnico, o que pode resultar em um melhor desempenho empresarial (Machado e Martins, 2015). Logo:

H5 - As Políticas Públicas contribuem positivamente para o Desempenho Empresarial.

A literatura indica que o comportamento empreendedor, caracterizado por inovação, proatividade e disposição para assumir riscos, é essencial para a diversificação das atividades rurais. McElwee (2006a) argumenta que empreendedores rurais com atitudes proativas estão mais inclinados a explorar novas oportunidades de diversificação, como o turismo rural e a agroindústria, a fim de aumentar a sustentabilidade de seus negócios. Além disso, Ribeiro *et al.* (2020) destacam que a diversificação é uma resposta estratégica aos desafios econômicos; e os empreendedores que apresentam comportamentos inovadores são mais propensos a implementar tais estratégias. Assim, propomos a seguinte hipótese:

H6 - O Comportamento do Empreendedor Rural contribui positivamente para a Diversificação das Atividades.

Além das hipóteses diretas, considera-se a existência de uma relação mediada entre as variáveis Diversificação das Atividades e Desempenho Empresarial, com o Comportamento do Empreendedor Rural atuando como mediador. A

literatura sugere que a Diversificação das Atividades, ao aumentar a resiliência e a capacidade de inovação dos empreendimentos rurais, pode ser influenciada pelo Comportamento do Empreendedor, que, por sua vez, afeta diretamente o Desempenho Empresarial (Covin e Miles, 1999; McElwee, 2006b; Rodrigues e Reis Neto, 2023). Isso ocorre porque empreendedores com comportamento mais inovador e proativo são capazes de explorar melhor as oportunidades criadas pela diversificação de atividades, levando a um desempenho superior. Portanto, propomos a seguinte hipótese de mediação:

H7 - O Comportamento do Empreendedor Rural medeia positivamente a relação entre Diversificação e Desempenho Empresarial.

Essa hipótese sugere que a Diversificação, ao ser influenciado pelo comportamento empreendedor, contribui indiretamente para o Desempenho Empresarial, reforçando a importância de um comportamento proativo e inovador na maximização dos benefícios da diversificação.

Outra hipótese que foi proposta está relacionada com o perfil sociodemográfico dos empresários rurais. O que se considerou foi que para cada grupo e subgrupo se comportam de forma diferente para determinar a sua percepção do Desempenho Empresarial, conforme o modelo estrutural proposto neste estudo. Para confirmar esta proposta foi constituída a seguinte hipótese:

H8 - Há um efeito moderador categórico significativo dos grupos e subgrupos sociodemográficos dos respondentes no relacionamento entre os constructos do modelo.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, responder ao problema de pesquisa e avaliar as hipóteses, a pesquisa foi descritiva, empregando um *survey* com os empresários rurais de Mato Grosso do Sul. A escolha por essa abordagem se deu em virtude da necessidade de coletar dados empíricos que permitam a análise das características, habilidades e competências dos empreendedores rurais e sua relação com a diversificação de atividades e o desenvolvimento regional. Também houve a coleta da autodeclaração sociodemográfica do respondente, em termos de sexo, idade em anos, nível de escolaridade completa, e a classificação quanto a propriedade do estabelecimento rural. Os dados coletados, por meio do questionário (Apêndice A), foram coletados entre setembro e outubro de 2023 e tratados com total sigilo e anonimato, garantindo a confidencialidade das respostas dos participantes e assegurando que nenhuma informação pessoal fosse identificada ou divulgada durante ou após a pesquisa, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A análise dos dados coletados foi processada para se obter as estatísticas descritivas do perfil sociodemográfico e as hipóteses foram verificadas com a

técnica da modelagem de equações estruturais por mínimos quadrados parciais, com método baseado em variância (PLS-SEM), empregando o software SmartPLS versão 4 (Ringle *et al.*, 2024). O PLS-SEM permite estimar modelos com construtos mensurados por múltiplos indicadores. Isso possibilita uma análise abrangente das relações entre os construtos e seus indicadores, bem como entre os próprios construtos (Hair *et al.*, 2021; Manley *et al.*, 2021). O PLS-SEM não requer suposições restritivas, tal como: normalidade multivariada dos dados. Isso é, especialmente, relevante para este estudo de empreendedorismo rural, em que se utilizou escalas de atitude e que pode lidar com amostras menores sem comprometer o poder estatístico, no entanto, é importante não justificar seu uso apenas devido ao tamanho da amostra.

Pelo fato de uma lista que contemple os atuais responsáveis pelos estabelecimentos rurais não estar disponível, ficou impossível selecioná-los para uma amostra aleatória. Consequentemente, a amostra foi por conveniência, não probabilística, considerando o critério para o alvo amostral, para aqueles respondentes que estão estabelecidos em Mato Grosso do Sul, que possuem um nível de escolaridade médio a superior, e que estivessem participando em alguma função na empresa rural. O IBGE (2022) registrou a existência de 71.164 estabelecimentos agropecuários, sendo que 54.590 foram classificados como propriedade individual.

Para a amostra coletada, de 151 respondentes, foi avaliada o seu poder do teste para o emprego do PLS-SEM, conforme foi proposto por Kock (2018), e Memon *et al.* (2020), utilizando o programa G*Power 3, apresentado por Faul *et al.* (2009). Os parâmetros considerados de análise foram o poder do teste=0,80, com o efeito tamanho médio=0,15, probabilidade de erro= 0,05 e número de preditores= 4 (setas apontadas para a variável dependente Desempenho Empresarial - ver Figura 1), de onde se obteve uma amostra mínima de 85 estabelecimentos rurais; como se obteve 151 respondentes, a amostra foi considerada adequada, permitindo não somente validar as hipóteses propostas, mas também garantir a confiabilidade dos resultados do modelo estrutural.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, composto por perguntas fechadas e escalas de Likert de sete pontos de concordância. O questionário foi elaborado com base nas dimensões e variáveis identificadas na revisão teórica realizada, incluindo informações sobre as características dos empresários rurais, suas habilidades e competências gerenciais, comportamento empreendedor, o processo de diversificação de atividades, o papel das políticas públicas, o desenvolvimento regional e o desempenho empresarial percebido.

Seguindo as recomendações de Hair *et al.* (2021), o modelo de medidas e o modelo estrutural foram avaliados para garantir a validade e confiabilidade dos constructos com base na teoria. O modelo estrutural representa as relações

entre os constructos, enquanto o modelo de medidas, também denominado modelo externo, descreve a relação entre os constructos e seus indicadores observáveis. O modelo de medida reflexiva foi analisado quanto à consistência interna pelo alfa de Cronbach, a validade convergente pela média da variância extraída (AVE), e pela validade discriminante com o emprego do fator de inflação da variância (VIF). O modelo estrutural foi avaliado pelo coeficiente de determinação (R^2), pela grandeza e significância do coeficiente de caminho (β e p), e pelo tamanho do efeito (f^2).

A validade convergente foi confirmada, por meio de cargas fatoriais dos indicadores, todas superiores a 0,7, com significância estatística de $p < 0,05$. A média da variância extraída (AVE) também foi superior a 0,5, indicando que mais de 50% da variância dos indicadores é explicada pelo constructo correspondente. A validade discriminante foi verificada pelo critério de Fornell-Larcker, assegurando que a raiz quadrada da AVE, de cada constructo, fosse maior que as correlações entre ele e os demais, garantindo que cada constructo mede uma dimensão única.

Adicionalmente, as cargas fatoriais dos indicadores foram verificadas para serem maiores do que suas cargas cruzadas com outros constructos, demonstrando que cada indicador se relaciona mais fortemente com seu próprio constructo. A confiabilidade foi medida pelo alfa de Cronbach, com valores superiores a 0,7, o que indica boa consistência interna. Por fim, o fator de inflação da variância (VIF) foi utilizado para avaliar a colinearidade entre as variáveis independentes, com valores inferiores a 5,0, garantindo a ausência de multicolinearidade significativa (Hair *et al.*, 2021).

Para a análise do relacionamento entre os grupos e subgrupos com o modelo estrutural, foi conduzido uma análise multigrupo (PLS_MGA), usando uma abordagem categórica, conforme sugerido por Cheah *et al.* (2023) e Hair *et al.* (2021). Dessa forma, pôde-se explorar se houve algum efeito moderador categórico entre cada subgrupo dos respondentes, pois a heterogeneidade pode existir, mostrando diferenças significativas nos relacionamentos do modelo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações descritivas da amostra, de 151 respondentes, indicaram que: 70,2% foram homens, 26,5% na faixa de idade entre 24 a 39 anos, 45% com nível superior, 31,8% relataram ser sócio da empresa, e 56,3% não participam de alguma entidade de classe rural. Outras informações segmentadas são indicadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos respondentes

Grupo	Subgrupo	Participação na gestão da empresa (%)		
		Sim	Não	Total

Sexo	Feminino	29,3	33,3	29,8
	Masculino	70,7	66,7	70,2
Idade (anos)	< 24	26,3	22,2	25,8
	24 a 39	24,8	38,9	26,5
	40 a 53	24,8	16,7	23,8
	> 53	24,1	22,2	23,8
Nível de escolaridade completa	Médio	29,3	27,8	29,1
	Superior	44,4	50,0	45,0
	Pós-graduado	26,3	22,2	25,8
Principal função na empresa	Único dono	30,1	16,7	28,5
	Sócio	36,1	0,0	31,8
	Arrendatário	3,0	16,7	4,6
	Gerente	6,0	0,0	5,3
	Outro	24,8	66,7	29,8
Participação em entidade de classe	Sim	47,4	16,7	43,7
	Não	52,6	83,3	56,3

Fonte: os autores (2024)

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, a amostra revelou-se adequada para a análise estrutural proposta, pois a predominância de respondentes com elevado nível de escolaridade, somada à participação ativa de 133 indivíduos na gestão de suas empresas, assegura a robustez necessária para a validação do modelo e a verificação das hipóteses formuladas.

O modelo medidas, constituído pelo conjunto de indicadores em cada constructo, foi analisado e indicou que alcançou a validade convergente (carga $> 0,700$, $p < 0,05$), exceto para o indicador da 3 (“Acredito que o turismo rural é uma boa opção para complementar minha renda”, carga=0,681), da constructo “Diversificação das Atividades (DA)”; dl2 (“Minha empresa gera emprego e renda para a comunidade local”, carga=0,608), e dl3 (“Participação em associações de classe, cooperativas ou sindicatos é fundamental para o desenvolvimento do meu negócio e da minha região”, carga=0,601), da constructo “Desenvolvimento Regional (DR)”; e também da retirada do indicador pp2 (“As políticas públicas atuais não são suficientes para atender às necessidades dos empresários rurais”, carga=0,528), da constructo “Políticas Públicas (PP)”. Após a retirada dos quatro indicadores, o modelo estrutural e de medidas foi reprocessado, e todas as cargas foram $\geq 0,700$; os alfas de Cronbach $\geq 0,70$; e AVE $> 0,50$. Na análise de colinearidade, por meio da estatística VIF, indicou a não existência da multicolinearidade entre os indicadores dos sete modelos de medidas, com valores $< 5,0$.

A Tabela 2 fornece a validade discriminante dos constructos, onde na diagonal e em negrito são as raízes quadradas do AVE, e nas demais são as correlações entre os constructos. Como os valores na diagonal são maiores que os demais

valores, pôde-se afirmar que não foi encontrado sobreposições conceituais entre os constructos.

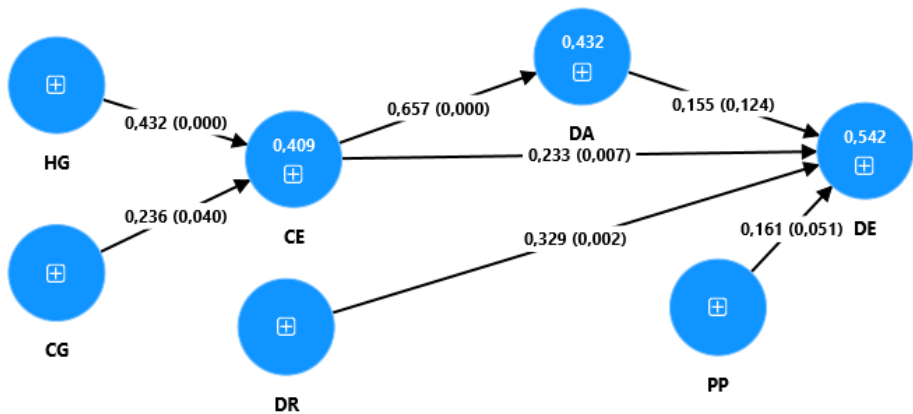
Tabela 2 - Validade discriminante dos constructos pelo critério de Fornell-Larcker

Constructos	CE	CG	DA	DE	DR	HG	PP
Comportamento Empreendedor (CE)	0,80						
Competências Gerencias (CG)	0,59	0,85					
Diversificação das Atividades (DA)	0,66	0,61	0,86				
Desempenho Empresarial (DE)	0,61	0,70	0,61	0,80			
Desenvolvimento Regional (DR)	0,59	0,69	0,64	0,65	0,86		
Habilidades Gerenciais (HG)	0,63	0,82	0,61	0,70	0,74	0,87	
Políticas Públicas (PP)	0,52	0,56	0,59	0,55	0,54	0,62	0,85

Fonte: os autores (2024)

Em seguida, foi conduzida a análise do modelo estrutural entre os sete constructos para examinar as relações causais e o efeito da mediação da Diversificação das Atividades (DA) entre o Comportamento Empreendedor (CE) e o Desempenho Empresarial. Os valores dos caminhos e o nível de significância p são mostrados na Figura 2.

Figura 2 - Modelo estrutural dos constructos com os coeficientes de caminho e níveis de significância p.



Fonte: os autores (2024)

Os resultados indicados, na Tabela 3, e reproduzidos, na Figura 2, fornecem análises sobre os caminhos causais e suas relações admitidas como hipóteses. Considerando o modelo estrutural de forma completa, a Tabela 3 indica que existe entre a HG e CE uma relação positiva e de efeito médio ($\beta = 0,432$, $p < 0,05$, $f^2 = 0,103$), CG e CE apresentou uma relação positiva e de efeito tamanho pequeno ($\beta = 0,236$, $p < 0,05$, $f^2 = 0,031$), o que se pode inferir que as hipóteses H1a e H1b sejam aceitas. Isso confirma que para a HG, hipótese H1a,

quanto maiores as habilidades gerenciais de um empreendedor rural, maior é sua capacidade de identificar oportunidades e inovar. Estudos prévios, como o de McElwee (2006a) e Machado *et al.* (2020), já haviam destacado a importância das habilidades gerenciais, sugerindo que competências como planejamento estratégico e gestão financeira desempenham um papel crucial na formação do comportamento empreendedor no ambiente rural.

A hipótese H1b, sendo aceita, indica que as Competências Gerenciais (CG), como o conhecimento do mercado e a capacidade de gestão de recursos, afetam positivamente o comportamento empreendedor (CE). O estudo de Machado *et al.* (2020) apoia esse resultado, enfatizando que empreendedores rurais que possuem um bom domínio de práticas gerenciais tendem a ser mais proativos e inovadores. Ou seja, tanto HG e CG contribuem, significativamente, e de forma positiva na formação da CE.

Em relação a proposta para a H2, foi aceita, considerando as relações entre CE e DE ($\beta = 0,233$, $p < 0,05$, $f^2 = 0,060$), caracterizado o caminho como relação positivo, significativo, e de efeito pequeno. Isso indica que empreendedores rurais que adotam atitudes inovadoras e proativas conseguem melhorar o desempenho de suas empresas. Covin e Miles (1999) e Ribeiro *et al.* (2020), sugerem que essa relação é mediada pela capacidade do empreendedor de responder às demandas do mercado, aumentando a competitividade e a sustentabilidade de suas operações.

Tabela 3 - Coeficientes de caminho, medidas de significância e resultados das hipóteses propostas.

Caminho	β	dp	t	p	f^2	Hipótese	Resultado
HG -> CE	0,432	0,097	4,453	0,000	0,103	H1a	Aceita
CG -> CE	0,236	0,115	2,049	0,040	0,031	H1b	Aceita
CE -> DE	0,233	0,087	2,692	0,007	0,060	H2	Aceita
DA -> DE	0,155	0,101	1,540	0,124	0,023	H3	Rejeitada
DR -> DE	0,329	0,108	3,044	0,002	0,122	H4	Aceita
PP -> DE	0,161	0,082	1,952	0,051	0,033	H5	Aceita
CE -> DA	0,657	0,075	8,706	0,000	0,760	H6	Aceita

Fonte: os autores (2024). Legenda: β – coeficiente do caminho, dp – desvio padrão; t – valor da estatística t de Student; p – valor da significância de t; f^2 – tamanho de efeito do coeficiente de caminho.

No entanto, o caminho entre DA e DE apresentou valor não significativo ($p > 0,05$), e considerou-se a H3 como rejeitada. Este resultado indica, que a diversificação das atividades, por si só, não garante um desempenho superior. Embora McElwee (2006b) e Machado *et al.* (2019) tenham argumentado que a diversificação pode mitigar riscos e gerar novas fontes de renda, os dados deste estudo sugerem que outros fatores, como a implementação eficaz e a inovação, podem ser mais determinantes para o sucesso.

Para o caminho entre DR e DE, apresentou uma relação e um efeito tamanho médio ($\beta = 0,329$, $p < 0,05$, $f^2 = 0,122$), aceitando-se a H4. Esse resultado reflete o impacto positivo que o desenvolvimento local tem no sucesso dos empreendimentos rurais. Ribeiro et al. (2020) defendem que o empreendedorismo rural impulsiona o desenvolvimento econômico local, criando sinergias entre as atividades empresariais e a comunidade.

Entre PP e DE, o efeito tamanho é pequeno, e o nível de significância está no limiar ($\beta = 0,161$, $p = 0,051$, $f^2 = 0,033$), e a H5 foi marginalmente aceita, sugerindo que as políticas públicas, embora relevantes, têm um impacto limitado no desempenho empresarial. Machado e Martins (2015) argumentam que o acesso ao crédito e ao suporte técnico proporcionado pelas políticas públicas são fundamentais, mas, talvez seja necessário aprimorar essas políticas para atender às necessidades dos empreendedores rurais de forma mais eficaz.

A relação entre CE e DA, os valores da Tabela 3 mostram que existe um grande efeito tamanho ($\beta = 0,657$, $p < 0,05$, $f^2 = 0,760$), aceitando-se a H6. Empreendedores com comportamentos inovadores e proativos são mais propensos a diversificar suas atividades, explorando oportunidades como o turismo rural e a agroindústria (McElwee, 2006a). Essa diversificação é uma resposta às flutuações do mercado, e contribui para a resiliência econômica das propriedades.

Com a rejeição da H3, devido ao coeficiente de caminho não ser significativo ($p > 0,05$), o DA não pôde ser considerado um mediador entre as relações CE \leftrightarrow DA \leftrightarrow DE. Dessa forma, rejeitou-se a H7. A hipótese de mediação foi rejeitada, já que o caminho direto entre diversificação e desempenho não foi significativo. No entanto, a relação entre comportamento empreendedor e desempenho empresarial confirma que, para que a diversificação traga resultados, é necessário que os empreendedores adotem atitudes inovadoras e pró-ativas (Covin e Miles, 1999).

Os três efeitos diretos - de CE \leftrightarrow DE, DR \leftrightarrow DE e PP \leftrightarrow DE - são significativos (Tabela 4), e isso pode ser considerado que, se aumentarmos uma unidade de desvio padrão em CE, causa um aumento de 0,233 unidades de desvio padrão em DE. Da mesma forma, as contribuições de DR e PP em DE, individualmente, foram, respectivamente, 0,329 unidades de desvio padrão e 0,161 unidades de desvio padrão. Além do mais, DE consegue explicar 54,2% da variância do modelo estrutural, considerado um tamanho do efeito total grande (Chua, 2024; Hair *et al.*, 2021).

Tabela 4 - Comparação entre os grupos dos respondentes utilizando a análise de moderação categórica.

Grupo	Subgrupo	n	CE \leftrightarrow DE	DR \leftrightarrow DE	PP \leftrightarrow DE
Completo	Todos	151	0,289***	0,374***	0,199**
Sexo	Feminino	45	0,394**	0,393**	-0,128*
	Masculino	106	0,129*	0,355***	0,372***

Idade (anos)	< 24	39	0,273*	0,655***	0,030*
	24 a 39	40	0,244**	0,271**	0,721***
	40 a 53	36	0,612***	0,453*	0,178*
	> 53	36	-0,144*	0,904***	0,124*
Escolaridade	Médio	44	0,159*	0,707***	0,028*
	Superior	68	0,422**	0,045*	0,268**
	Pós-graduado	39	-0,048*	0,936***	0,010*
Propriedade	Dono único	43	-0,108*	0,655**	0,322**
	Sócio	48	0,255*	0,470***	0,255**
	Outro tipo	60	0,472***	0,239*	0,195*

Fonte: os autores (2024). Legenda: n – quantidade de respondentes no subgrupo; nível de significância - * $p > 0,05$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$

A hipótese H8 propôs que há um efeito moderador categórico significativo dos grupos e subgrupos sociodemográficos dos respondentes, no relacionamento entre os constructos do modelo estrutural. Para testar essa hipótese, foi realizada uma análise multigrupo (PLS-MGA), conforme recomendado por Cheah *et al.* (2023), e Hair *et al.* (2021), com o objetivo de identificar possíveis diferenças significativas entre os subgrupos.

Os resultados, no entanto, indicaram que não houve efeitos moderadores categóricos significativos, para todos os subgrupos testados. A análise multigrupo (PLS-MGA) revelou que, embora alguns subgrupos apresentassem variações nas relações entre os constructos, essas diferenças não atingiram níveis de significância estatística ($p < 0,05$), em muitos casos. Isso implica que, a heterogeneidade entre os grupos e subgrupos sociodemográficos não gerou diferenças estatisticamente significativas nos relacionamentos entre os constructos do modelo. Este resultado sugere que, embora, a diversidade entre os respondentes possa existir - em termos de características sociodemográficas, ela não moderou de maneira significativa as relações testadas no modelo estrutural. Este resultado é relevante para futuros estudos, uma vez que aponta para a necessidade de explorar outras possíveis variáveis moderadoras que possam capturar melhor as nuances do comportamento empreendedor e da diversificação nas atividades rurais.

A rejeição da H8, também, pode estar relacionada às limitações metodológicas ou à natureza dos dados coletados, uma vez que a ausência de significância pode ser um indicativo de que os grupos e subgrupos, apesar das diferenças demográficas, compartilham padrões semelhantes de comportamento no contexto do empreendedorismo rural. Isso contraria estudos como os de Braga *et al.* (2019), que sugerem que as políticas e os programas, direcionados aos diferentes perfis demográficos, podem resultar em efeitos distintos, mas que, neste caso, não foram detectados.

IMPLICAÇÕES ACADÊMICAS E EMPRESARIAIS

Este estudo oferece contribuições relevantes para a literatura sobre empreendedorismo rural, ao explorar as relações entre comportamento empreendedor, diversificação das atividades, desempenho empresarial e o papel das políticas públicas no contexto rural. A aceitação de algumas hipóteses e a rejeição de outras revelam nuances importantes nas práticas e desafios do empreendedorismo rural, especialmente em regiões como Mato Grosso do Sul.

As análises reforçam a importância de um comportamento empreendedor proativo e inovador para o sucesso das atividades econômicas, mas também sugerem que a simples diversificação, sem uma gestão eficaz, não garante um melhor desempenho empresarial. Além disso, a rejeição da hipótese - de efeito moderador dos grupos sociodemográficos - aponta para a necessidade de futuros estudos que explorem outras variáveis contextuais, que possam explicar melhor as diferenças entre empreendedores rurais. Com isso, a pesquisa contribui para a compreensão mais aprofundada das dinâmicas de empreendedorismo, no meio rural, fornecendo um arcabouço teórico que pode ser utilizado em futuras investigações, e ampliando o debate acadêmico sobre estratégias e práticas de negócios sustentáveis no setor rural.

Do ponto de vista empresarial, os resultados, deste estudo, oferecem indicativos práticos para empreendedores rurais e formuladores de políticas públicas. O estudo destaca que as habilidades e as competências gerenciais e um comportamento empreendedor inovador são essenciais para o sucesso e a sustentabilidade das empresas rurais. As empresas que adotam atitudes proativas e inovadoras têm maior capacidade de identificar oportunidades de crescimento e implementar estratégias eficazes.

Contudo, a simples diversificação das atividades não é suficiente para melhorar o desempenho empresarial, a menos que seja acompanhada de uma gestão competente e inovação contínua. Além disso, os resultados sugerem que as políticas públicas, como estão atualmente estruturadas, podem não gerar o impacto esperado em todos os segmentos de empreendedores rurais. Isso aponta para a necessidade de reavaliar programas governamentais, ajustando-os às realidades locais, e oferecendo suporte mais direcionado. Assim, empresários e gestores podem utilizar essas descobertas para melhorar suas práticas de gestão e exploração de novas oportunidades, enquanto, os formuladores de políticas devem considerar o ajuste das políticas públicas para maximizar o impacto nas comunidades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para a compreensão do empreendedorismo rural em Mato Grosso do Sul, analisando como habilidades gerenciais, comportamento empreendedor, diversificação de atividades, desenvolvimento regional e políticas públicas influenciam o desempenho empresarial. Os resultados evidenciam que o comportamento empreendedor, especialmente quando aliado

à inovação e proatividade, é o principal fator de sucesso. A capacidade dos empreendedores de identificar oportunidades e se adaptar às mudanças do mercado impacta diretamente o desempenho das empresas, reforçando a relevância de atitudes empreendedoras no meio rural.

A diversificação das atividades, embora amplamente recomendada, não demonstrou relação significativa com o desempenho empresarial, sugerindo que, para gerar resultados positivos, deve ser acompanhada de gestão eficiente e inovação. Além disso, o desenvolvimento regional mostrou-se fundamental, destacando a importância da interação entre empreendedores e suas comunidades, o que fortalece as economias locais e gera benefícios socioeconômicos mais amplos.

Por outro lado, as políticas públicas, apesar de relevantes, apresentaram impacto limitado no desempenho empresarial. A ausência de significância em alguns subgrupos indica que essas políticas podem não estar adequadamente adaptadas às realidades dos empreendedores rurais. Assim, há necessidade de aprimorar as políticas públicas para torná-las mais eficazes e inclusivas, atendendo às especificidades regionais e oferecendo suporte direcionado para promover o desenvolvimento sustentável.

A principal limitação deste estudo é que foi realizada em Mato Grosso do Sul, o que limita a generalização dos resultados para outras realidades rurais brasileiras. A amostragem por conveniência, bem como a natureza transversal do estudo, que não permite a análise de mudanças ao longo do tempo – são outras limitações do presente trabalho. Sendo assim, pesquisas futuras poderão ampliar a área geográfica, utilizar amostras probabilísticas longitudinais e considerar técnicas qualitativas para melhor entender do processo empreendedor rural em diferentes contextos.

Agradecimentos

Agradecemos aos empresários rurais que gentilmente compartilharam seus dados e experiências, essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Estendemos nosso reconhecimento à Universidade Anhanguera-Uniderp, pela cessão de suas instalações, equipamentos e pelo suporte financeiro, que tornaram possível a realização desta pesquisa. Também, os autores gostariam de agradecer aos revisores anônimos pela leitura cuidadosa do artigo original e pelos comentários úteis. As opiniões expressas neste artigo, bem como quaisquer erros remanescentes, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. C.; FARIA, F. N. de. Empreendedorismo rural: conceitos, oportunidades e desafios. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, p. 323-341, 2015.

ARAFAT, M. Y. *et al.* Determinants of agricultural entrepreneurship: a GEM data based study. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 16, p. 345-370, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11365-018-0536-1>.

ASMIT, B. *et al.* Uncovering the building blocks of rural entrepreneurship: A comprehensive framework for mapping the components of rural entrepreneurial ecosystems. **Heliyon**, v. 10, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e24139>.

BRAGA, E.; MEDEIROS, T.; MORAES, M.; MORAES, L. O Prodefa oferece assistência técnica. **Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial**, v. 3, n. 2, p. 47-51, 2019.

CANDELARIO-MORENO, C.; SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, M. I. Redefining rural entrepreneurship: The impact of business ecosystems on the success of rural businesses in Extremadura, Spain. **Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation**, v. 20, n. 2, p. 36-52, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7341/20242022>.

CHEAH, J.; AMARO, S.; ROLDÁN, J. L. Multigroup analysis of more than two groups in PLS-SEM: A review, illustration, and recommendations. **Journal of Business Research**, v. 156, p. 113539, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.113539>.

CHUA, Y. P. **A step-by-step guide to SmartPLS 4: Data analysis using PLS-SEM, CB-SEM, Process and Regression**. Orlando: Researchtree Education, 2024.

COVIN, J. G.; MILES, M. P. Corporate entrepreneurship and the pursuit of competitive advantage. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 23, n. 3, p. 47-63, 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/104225879902300304>

DE WOLF, P.; MCELWEE, G.; SCHOORLEMMER, H. The European farm entrepreneur: a comparative perspective. **International Journal of Entrepreneurship and small business**, v. 4, n. 6, p. 679-692, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJESB.2007.014979>.

DIAS, C. S. L.; RODRIGUES, R. G.; FERREIRA, J. J. Agricultural entrepreneurship: Going back to the basics. **Journal of Rural Studies**, v. 70, p. 125-138, 2019a. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.06.001>.

DIAS, C. S. L.; RODRIGUES, R. G.; FERREIRA, J. J. What's new in the research on agricultural entrepreneurship?. **Journal of Rural Studies**, v. 65, p. 99-115, 2019b. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.11.003>.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

FAUL, F.; ERDFELDER, E.; BUCHNER, A.; LANG, A. G. Statistical power analyses using G* Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. **Behavior research methods**, v. 41, n. 4, p. 1149-1160, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>.

FERNANDES, N. P. *et al.* Who is the entrepreneur? the search for a definition of the concept through brazilian scientific production. **Brazilian Journal of Management and Innovation**, p. 26-62, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18226/23190639.v7n3.02>.

FLAVIANO, V. *et al.* Empreendedorismo rural: olhares em contextos diversos. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 3, p. 301-309, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i3.0010>.

GALBREATH, J. *et al.* Entrepreneurial orientation and firm performance in Italian firms: The moderating role of competitive strategy. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 26, n. 4, p. 629-646, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJEBR-07-2019-0457>.

GONZÁLES-BENITO, Ó.; GONZÁLES-BENITO, J.; MUÑOZ-GALLEGU, P. A. Role of entrepreneurship and market orientation in firms' success. **European Journal of Marketing**, v. 43, n. 3/4, p. 500-522, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/03090560910935550>.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Produto Interno Bruto de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/produto-interno-bruto-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 12 set. 2024.

HAIR, J. F. *et al.* **Manual Avanzado de Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)**. Barcelona: OmniaScience, 2021.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3101/agro_2017_caracteristicas_gerais.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023

IBGE. **Sistema de contas regionais**: Brasil 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101975>. Acesso em: 05 mar. 2024.

JORDAN, P. J.; TROTH, A. C.; YAN, H. Objective and subjective measurement in applied business settings: Improving research in organizations. **Australian Journal of Management**, v. 50, n. 1, p. 8-31, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/03128962241286258>.

KOCK, N. Minimum sample size estimation in PLS-SEM: an application in tourism and hospitality research. In: **Applying partial least squares in tourism and hospitality research**. Emerald Publishing Limited, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/978-1-78756-699-620181001>.

MACHADO, A. F.; GOMEX FILHO, A. C.; SOUZA, C. C. Empreendedor Rural: Uma Análise Das Características Empreendedoras Em Duas Cidades Do Interior Do Estado Do Paraná–Brasil. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 5, n. 02, p. 196-215, 2020. Disponível em: <https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/download/244/399>

MACHADO, J. A. S.; MARTINS, R. S. Políticas públicas para o empreendedorismo rural no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 11, n. 1, p. 01-17, 2015.

MACIEL, G. L.; CAMARGO, M. E. Políticas públicas para o empreendedorismo rural no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 317-336, 2010.

MAGALHÃES, M. F.; DA SILVA BEZERRA, C. M.; RAMOS, H. R. O empreendedorismo rural sustentável e a agricultura familiar: uma análise temática da literatura. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 7, p. 11960-11988, 2023. DOI: <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i7.2253>.

MANLEY, S. C. *et al.* Essential new PLS-SEM analysis methods for your entrepreneurship analytical toolbox. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 17, p. 1805-1825, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11365-020-00687-6>.

McELWEE, G. Farmers as entrepreneurs: developing competitive skills. **Journal of Developmental Entrepreneurship**, v. 11, n. 3, p. 187-206, 2006a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1142/S1084946706000398>.

McELWEE, G. The enterprising farmer: A review of entrepreneurship in agriculture. **Journal of the Royal Agricultural Society of England**, v. 167, n. 9, p. 1-8, 2006b.

MEMON, M. A. *et al.* Sample size for survey research: Review and recommendations. **Journal of Applied Structural Equation Modeling**, v. 4, n. 2, p. 1-20, 2020. DOI: [http://dx.doi.org/10.47263/JASEM.4\(2\)01](http://dx.doi.org/10.47263/JASEM.4(2)01).

MOSELEY, A.; GRAY, T. Diversification in agriculture: What does it mean and how can we measure it?. **Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 25, n. 4, p. 289-302, 2019.

OLIVEIRA, E. C. Natureza, evolução e conceitos: o empreendedorismo enquanto campo de análise. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 7, n. 02, p. 195-221, 2022. Disponível em: <https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/507/765>.

PINDADO, E.; SÁNCHEZ, M. Researching the entrepreneurial behaviour of new and existing ventures in European agriculture. **Small Business Economics**, v. 49, p. 421-444, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11187-017-9837-y>.

PLIAKOURA, A. Accepting the challenges of agricultural entrepreneurship and management development research: a viewpoint. **CES Working Papers**, v. 13, n. 4, p. 418-436, 2021. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/286667/1/1798463032.pdf>

RIBEIRO, J. L. D. et al. Diversificação de atividades no meio rural como fator de desenvolvimento regional: um estudo de caso na região do Vale do Paraíba Paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, e192002, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.192002>.

RINGLE, C. M.; WENDE, S.; BECKER, J. **SmartPLS 4**. Bönningstedt: SmartPLS, <https://smartpls.com>.

RODRIGUES, I. O.; REIS NETO, J. F. Análise bibliométrica da literatura acerca das competências e habilidades empreendedoras do agropecuarista no contexto da diversificação para o turismo rural. **Revista Gestão em Análise**, v. 12, n. 2, p. 54-66, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v12i2.p54-66.2023>.

SECINARO, S. *et al.* Exploring agricultural entrepreneurship and new technologies: academic and practitioners' views. **British Food Journal**, v. 124, n. 7, p. 2096-2113, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/BFJ-08-2021-0905>.

SOUZA, A. V.; LOPES, A. C. V. A influência das competências empreendedoras e das proxies de controle gerencial no desempenho organizacional da atividade rural. **Custo e @gronegócio on line**, v. 18, n. 4p. 201-235, 2022. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v18/OK%209%20competencias.pdf>

TABARES, A.; LONDOÑO-PINEDA, A.; CANO, J. A.; GÓMEZ-MONTOYA, R. Rural Entrepreneurship: An Analysis of Current and Emerging Issues from the Sustainable Livelihood Framework. **Economies**, v. 10, n.6, p. 142, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/economies10060142>.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 13, n. 3, p. 107-122, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5585/riae.v13i3.2073>.

VIJ, S.; BEDI, H. t S. Are subjective business performance measures justified?. **International Journal of Productivity and Performance Management**, v. 65, n. 5, p. 603-621, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/IJPPM-12-2014-0196>.

YAMAGUCHI, C. K. et al. Young people's perceptions about the difficulties of entrepreneurship and developing rural properties in family agriculture. **Sustainability**, v. 12, n. 21, p. 8783, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/su12218783>.

ZULKIFFLI, S. N. A. Business performance for SMEs: Subjective or objective measures?. **Review of Integrative Business and Economics Research**, v. 3, n. 1, p. 371, 2014.

APÊNDICE A

Questionário Aplicado

Escala de Likert de 7 pontos: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo bastante; 3 - Discordo um pouco; 4 - Nem discordo nem concordo; 5 - Concordo um pouco; 6 - Concordo bastante; 7 - Concordo totalmente.

A. *Comportamento empreendedor:*

- 1) Em geral, sou uma pessoa inovadora e aberta à novas ideias.
- 2) Estou disposto(a) a assumir riscos em busca de oportunidades de negócio.
- 3) Sou proativo(a) e sempre busco estar à frente das mudanças no mercado.

B. *Habilidades gerenciais:*

- 1) Consigo motivar e liderar minha equipe de trabalho.
- 2) Sou capaz de realizar a gestão financeira e econômica do meu negócio.
- 3) Consigo me comunicar de forma clara e eficaz com meus funcionários, clientes e fornecedores.

C. *Competências necessárias à gestão do seu negócio:*

- 1) Possuo conhecimentos técnicos sobre a atividade que desenvolvo.
- 2) Consigo realizar um planejamento eficiente das atividades da minha empresa.
- 3) Tenho capacidade para tomar decisões importantes para o meu negócio.

D. *Diversificação das atividades rurais e do turismo rural:*

- 1) Estou disposto(a) a diversificar as atividades da minha empresa para aumentar a renda.
- 2) Acredito que a diversificação das atividades rurais pode trazer benefícios para minha empresa.
- 3) Acredito que o turismo rural é uma boa opção para complementar minha renda.

E. *Contribuição com o desenvolvimento local ou regional:*

- 1) Sinto-me responsável por contribuir com o desenvolvimento da minha região.
- 2) Minha empresa gera emprego e renda para a comunidade local.
- 3) Sou favorável à preservação ambiental na minha região.

F. *Papel das políticas públicas:*

- 1) Acredito que as políticas públicas são importantes para o desenvolvimento do meu negócio.
- 2) Acredito que as políticas públicas atuais não são suficientes para atender às necessidades dos empresários rurais.
- 3) Acredito que a assistência técnica e financeira do governo é importante para o desenvolvimento do meu negócio.

G. *Desempenho Empresarial*

- 1) A minha empresa rural é bem-sucedida em termos de geração de receita e lucro.
- 2) Minha empresa rural é competitiva em relação aos seus concorrentes no mercado rural.
- 3) Minha empresa rural é capaz de inovar e introduzir novos produtos ou serviços no mercado rural.
- 4) Minha empresa rural é capaz de se adaptar às mudanças no mercado rural e nas condições econômicas e ambientais.